



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVIII — Nº 4

TERÇA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 2.^a SESSÃO, EM 12 DE MARÇO DE 1973

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Aviso do Sr. Ministro dos Transportes

— N.º 48/GM/GB, de 28-2-73, comunicando o lançamento ao mar dos navios cargueiros SERRA VERDE e PRINCESA ISABEL, ambos destinados à navegação de longo curso, nos dias 3 e 28 de janeiro do ano em curso, no pier da Praça Mauá, Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

2.2 — Expediente recebido

Lista n.º 2, de 1973

2.3 — Comunicações da Presidência

— Referentes às seguintes matérias:

— Mensagem n.º 59, de 1973 (n.º 15/73, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado Federal a proposta do Sr. Ministro da Fazenda para que seja levantada a proibição contida na Resolução n.º 58/68 do Senado, a fim de que a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, São Paulo, possa aumentar em Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) o limite de endividamento Municipal, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

— Ofício n.º S/1, de 1973 (n.º 40/73, na origem), do Governador do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado Federal para contrair empréstimo externo no valor de FF 3.040.730 (três milhões, quarenta mil, setecentos e trinta francos franceses), para importação de equipamentos e pagamento dos serviços de instalação de uma estação de televisão de finalidade educativa, naquele Estado.

— Ofício n.º S/2, de 1973 (n.º 000400/GE, de 1972, na origem), do Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para alienação de uma área de terra devoluta pertencente ao domínio público daquele Estado.

2.4 — Requerimentos

— N.º 4, de 1973, de autoria do Sr. Dinarte Mariz e outros Srs. Senadores, solicitando que em 27 do corrente seja realizada sessão especial para comemorar o centenário do nascimento do ex-Senador Eloy de Souza, transcorrido no dia 4 deste mês.

— N.º 5, de 1973, de autoria do Sr. Filinto Müller e outros Srs. Senadores, requerendo que amanhã, dia 13 do corrente, seja realizada sessão especial para reverenciar a memória do saudoso e ilustre homem público, Dr. Benedito Valadares Ribeiro, recentemente falecido.

2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR CARVALHO PINTO — Problema da cafeeicultura nacional.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Assinatura do contrato para exploração das jazidas de Carmópolis-SE, firmado entre a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e a Kallium Mineração S/A.

SENADOR RUY SANTOS — Elevação de Dom Avelar Brandão Vilela ao Cardinalato.

2.6 — Comunicação da Presidência

Visita ao Congresso Nacional de Sua Excelência o Sr. Kurt Waldheim, Secretário-Geral das Nações Unidas.

2.7 — Requerimento

N.º 6, de 1973, de autoria do Sr. Osires Teixeira e outros Srs. Senadores, solicitando, na forma regimental, homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Domingos Vellasco. **Aprovado**, após encaminhar a votação o Sr. Nelson Carneiro, tendo o Sr. Presidente se associado às homenagens prestadas.

3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 47/72, de autoria do Sr. Senador José Sarney, que denomina de "Ponte Marcelino Machado" a ponte sobre o Canal dos Mosquitos, na BR-135, em São Luís, Estado do Maranhão. **Aprovada**, à Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado n.º 7/72, de autoria do Sr. Senador José Sarney, que acrescenta parágrafo ao artigo 27 da Lei Orgânica da Previdência Social (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Rejeitado**, ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado n.º 42/72, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a organização dos testes da Loteria Esportiva e dá outras providências (Apreciação preliminar da juridicidade). **Rejeitado**, ao Arquivo.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVENDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

4 — MATERIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Requerimento n.º 4/72, lido no expediente. **Apro-**
vado.

— Requerimento n.º 5/72, lido no expediente. **Apro-**
vado.

5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR DINARTE MARIZ — Cancelamento da pe-
na imposta ao ABC Futebol Clube — RN.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Manifestação de
pesar pelo falecimento do Dr. Noel Nutels.

ATA DA 2.ª SESSÃO, EM 12 DE MARÇO DE 1973

3.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. FILINTO
MÜLLER E PAULO TÔRRES**

Às 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Adalberto Sena — Geraldo Mes-
quita — Flávio Britto — José Lin-
doso — Cattete Pinheiro — Re-
nato Franco — Alexandre Costa —
Petrônio Portella — Helvidio
Nunes — Virgílio Távora — Wal-
demar Alcântara — Wilson Gon-
çalves — Dinarte Mariz — Milton
Cabral — Ruy Carneiro — Wilson
Campos — Augusto Franco —
Leandro Maciel — Lourival Bap-
tista — Heitor Dias — Ruy San-
tos — Eurico Rezende — João
Calmon — Paulo Tôrres — Ben-
jamin Farah — Nelson Carneiro
— Carvalho Pinto — Benedito
Ferreira — Osires Teixeira —
Fernando Corrêa — Filinto Müller
— Saldanha Derzi — Antônio
Carlos — Lenoir Vargas — Tarso
Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Filinto Mül-
ler)** — A lista de presença acusa o
comparecimento de 35 Srs. Senadores.
Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à
leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO SR. MINISTRO DOS TRANSPORTES

— N.º 48/GM/GB, de 28-02-73, co-
municando o lançamento ao mar dos
navios cargueiros **SERRA VERDE** e
PRINCESA ISABEL, ambos destina-
dos à navegação de longo curso, nos
dias 03 e 26 de janeiro do ano em
curso, no pier da Praça Mauá, Rio de
Janeiro, GB.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA N.º 02, DE 1973
EM 12 DE MARÇO DE 1973

Comunicando eleição e posse de pre-
feito:

— de Luiz Gomes, RN;
— de Alagoa Grande, PB;
— de São Bento, PB;

SENADOR WILSON CAMPOS — Concessão do Troféu
"Personalidade do Ano do Comércio Exterior", instituído
pelos Diários e Emissoras Associados de São Paulo, ao
Senador Jessé Pinto Freire. Continuidade da representa-
ção do Estado de Pernambuco na Diretoria do Banco do
Nordeste.

6 — Encerramento

7 — Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo

Convocação de reunião da Comissão Diretora a ser
realizada no dia 14 do corrente, às 17 horas, na Sala do
Grupo Brasileiro.

— de São Sebastião de Lagoa de
Roça, PB;
— de Vicência, PE;
— de Catende, PE;
— de Brejão, PE, Prefeito e Vice-
Prefeito;
— de Custódia, PE;
— de Branquinha, AL;
— de Ibirataia, BA;
— de Amargosa, BA;
— de Santa Cruz Cabralia, BA;
— de Serrolândia, BA;
— de Santo Antônio de Jesus, BA;
— de Casa Nova, BA;
— de Ubaira, BA;
— de Monte Alegre, BA;
— de Brotas de Macaúbas, BA;
— de Ibirapôa, BA;
— de Eugenópolis, MG;
— de Ibiaí, MG;
— de Alagoa, MG;
— de Brasópolis, MG;
— da Brasília de Minas, MG;
— de Santana da Vargem, MG;

- de Uberaba, MG;
- de Taquaraçu, MG;
- de Pirapora, MG;
- de Engenheiro Caldas, MG;
- de Jatei, MT;
- de Santo Antonio de Leverger, MT;
- de Mozarlândia, MT;
- de Alto Paraguai, MT;
- da Estância de Nuporanga, SP;
- de Leme, SP;
- de Vera Cruz, SP;
- de Gastão Vidigal, SP;
- de Capivari, SP;
- de Nova Luzitânia, SP.

Comunicando eleição e posse da Mesa Diretora das Casas Legislativas:

- Câmara Municipal de Água Preta, PE;
- Câmara Municipal de Capela, AL;
- Câmara Municipal de Guareí, SP;
- Câmara Municipal de Icem, SP;
- Câmara Municipal de Lucélia, SP;
- Câmara Municipal de Guaratinguetá, SP;
- Câmara Municipal de São Joaquim da Barra, SP;
- Câmara Municipal de Uchoa, SP;
- Câmara Municipal de Auriglama, SP;
- Câmara Municipal de Nuporanga, SP;
- Câmara Municipal de Salto, SP;
- Câmara Municipal de Barracão, PR;
- Câmara Municipal de Quinta do Sol, PR;
- Câmara Municipal de Arapongas, PR;
- Câmara Municipal de Imbituba, SC;
- Câmara Municipal de Capinzal, SC;
- Câmara Municipal de Nova Trento, SC;
- Câmara Municipal de Orleães, SC;
- Câmara Municipal de Carazinho, RS;
- Câmara Municipal de Planalto, RS;
- Câmara Municipal de Alegrete, RS.

Envio de publicações:

- da embaixada do Japão, em Brasília, DF, enviando o Boletim In-

formativo publicado pelo Serviço Informativo e Cultural do Consulado Geral do Japão;

- do Sindicato dos Contabilistas de Bauru, SP, enviando exemplar do "Suplemento Contabilístico", n.º 8, Edição Anual;
- da Universidade de São Paulo, enviando o "Quadro Estatístico referente ao mês de Janeiro de 1973 — Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida) da Classe de Renda Familiar Modal no Município de São Paulo;
- da Prefeitura Municipal do Recife, PE, enviando o Relatório das atividades legislativas desenvolvidas pela Câmara Municipal daquela cidade durante o exercício de 1972.

Diversos:

- do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF, comunicando sua eleição para o aludido cargo, bem como a eleição do Senhor Ministro Djaci Falcão para o cargo de Vice-Presidente;
- do Professor Otto de Andrade Gil, Advogado, do Rio, GB, solicitando exemplares dos avulsos do Senado, do Projeto de Lei n.º 41-72, Projeto de Lei da Câmara, Emendas do Senado, Parecer sobre as Emendas de Redação Final.
- da Câmara Municipal de Campinas, SP, solicitando, para os funcionários públicos, o direito de aposentadoria aos 30 anos de serviços prestados;
- da Câmara Municipal de Sorocaba, SP, enviando requerimento no qual encarece a necessidade de ser elaborada uma lei em favor de condição de vida mais apropriadas para os "pracinhas";
- da Câmara Municipal de Tupã, SP, solicitando interferência no sentido de que se conceda, aos Letões de Varpa, daquele Município, a cidadania brasileira, dispensando-os de parte das exigências burocráticas;
- da Associação dos Municípios do Sudoeste Paranaense, de Francisco Beltrão, PR, comunicando posse da diretoria que regerá, em 1973, os destinos daquela Associação;
- da Câmara Municipal de Barretos, SP, solicitando informações sobre todas as exigências e formalidades a serem cumpridas para inscrição de todos os vereadores daquela Casa Legislativa no Instituto de Previdência dos Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — A Presidência recebeu a Mensagem n.º 59, de 1973 (n.º 15/73, na origem), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado Federal a proposta do Sr. Ministro da Fazenda para que seja levantada a proibição contida na Resolução n.º 58/68 do Senado Federal, a fim de que a Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, São Paulo, possa aumentar em Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) o limite de endividamento Municipal, mediante operação de crédito com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

A matéria será despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Ceará, o Ofício n.º S/1, de 1973, (n.º 46/73, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para contrair empréstimo externo no valor de FF 3.040.730 (três milhões, quarenta mil, setecentos e trinta francos franceses), para importação de equipamentos e pagamento dos serviços de instalação de uma estação de televisão de finalidade educativa, naquele Estado.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — A Presidência recebeu, do Governador do Rio Grande do Norte, o Ofício S/2, de 1973, (n.º 00400/GE, de 1972, na origem), solicitando autorização do Senado Federal para alienação de uma área de terra devoluta pertencente ao domínio público daquele Estado.

Esta Presidência, antes de despachar a matéria à Comissão Técnica que lhe apreciará o mérito, deseja ouvir a Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que o pedido parece conflitar com o disposto no parágrafo único do art. 171 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

N.º 4, de 1973

Realização de sessão especial.

Nos termos do art. 223 do Regimento Interno, requeremos que em 27 do corrente seja realizada sessão especial para comemorar o centenário do nascimento do ex-Senador

Eloy de Souza, transcorrido no dia 4 deste mês.

Sala das Sessões, em de março de 1973. — Dinarte Mariz — Filinto Müller — Virgílio Távora — Ruy Santos — Lourival Baptista — Saldanha Derzi — Benedito Ferreira — Nelson Carneiro — Petrólio Portella.

REQUERIMENTO

N.º 5, de 1973

Realização de sessão especial.

Nos termos do art. 223 do Regimento Interno, requeremos que amanhã, dia 13 do corrente, seja realizada sessão especial para reverenciar a memória do saudoso e ilustre homem público Dr. Benedito Valadares Ribeiro recentemente falecido.

Sala de Sessões, 12 de março de 1973. — Filinto Müller — Virgílio Távora — Ruy Santos — Lourival Baptista — Saldanha Derzi — Benedito Ferreira — Nelson Carneiro — Petrólio Portella — Dinarte Mariz — Cattete Pinheiro — José Augusto — Magalhães Pinto — Ruy Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — De acordo com o art. 280 do Regimento Interno, os requerimentos ora lidos serão votados ao final da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto, primeiro orador inscrito.

O SR. CARVALHO PINTO PRONUNCIAMENTO DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller) — Tem a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente. Srs. Senadores: não poderia, em absoluto, deixar de ocupar esta tribuna — tão logo reiniciados os nossos trabalhos — para consignar em nossos Anais acontecimentos de excepcional importância para o Estado de Sergipe e o Brasil. Refiro-me à assinatura, aos 20 de dezembro do ano passado, do contrato firmado entre a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e a Kallium Mineração S/A, para exploração das jazidas de Carmópolis.

Sempre considerei o problema relativo ao aproveitamento do potássio sergipano assunto de relevante interesse nacional. Dai a constância com que me ocupei do assunto, anos a fio, reiteradas vezes sobre ele falando desta tribuna, desde que assumi o honroso mandato de Senador pelo Estado de Sergipe. Nesta Casa tenho, na verdade, dado prosseguimento à luta que desenvolvi com firmeza de convicções quando integrava, na Câmara Federal, a representação sergipana, bem como ao tempo em que exerci o governo do Estado.

Bastaria o interesse, legítimo, do meu Estado para que me empenhasse, com todas minhas forças, na luta pela solução do problema que mais uma vez aqui abordo. É necessário, porém, que reitere ter sempre visto a questão da exploração do potássio sergipano como um dos mais graves e importantes problemas nacionais. As razões desse meu entendimento aqui foram por mim expostas repetidamente não havendo, assim, razão para que as aponte novamente neste instante.

Fácil, portanto, Sr. Presidente, avaliar a satisfação imensa que senti com a assinatura do contrato firmado entre a CPRM e a Kallium Mineração S/A para exploração do potássio sergipano. Esse acontecimento de excepcional relevância para o futuro brasileiro veio, na verdade, confirmar a plena confiança que sempre depus na Revolução de 64 e, de modo especial, no governo do eminente Presidente Garrastazu Médici. Jamais compartilhei de pessimismos e derrotismos, tanto pela confiança que sempre tive no Governo brasileiro como pelo conhecimento da importância do problema para a economia nacional. Sua solução impunha estudos e entendimentos inúmeros e os mais difíceis, o que justificava a prudente ação do Poder Público. Comandaram essa ação o presidente da CPRM, Dr. Ronaldo Moreira da Rocha, o ilustre Ministro Dias Leite, das Minas e Energia, técnicos e diretores da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, e do Ministério das Minas e Energia, que sempre contaram com total colaboração do Governador Paulo Barreto de Menezes e dos órgãos técnicos do Governo do Estado.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer.

O Sr. Heitor Dias — Quero, ainda uma vez, congratular-me com V. Ex.^a e com o Estado de Sergipe por mais esta vitória que diz respeito à exploração do potássio e da qual decorre, como bem frisou V. Ex.^a, vantagens reais para a economia do País. V. Ex.^a tem sido constante na defesa dessa exploração do potássio e, por mais de uma vez, se referiu ao assunto quando praticamente se abriam essas perspectivas. Hoje, V. Ex.^a vem trazer à Casa e à Nação o conhecimento de um fato real que se objetiva, já na assinatura do contrato para a exploração de tão importante riqueza.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Agradeço a V. Ex.^a, eminente Senador Heitor Dias, o aparte com que honra meu pronunciamento.

O contrato firmado aos 20 de dezembro de 1972 não constituiu uma vitória de Sergipe ou do Nordeste, mas do Brasil, constituindo imperioso dever para nós exaltar a maneira segura e competente com que os diversos

setores do Governo Federal relacionados com o problema, souberam conduzi-lo e, afinal, resolvê-lo.

Bastaria, Sr. Presidente, esse contrato para marcar de modo indelével a existência da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. A importância desse acontecimento foi, aliás, bem realçada pelo Dr. Ronaldo Moreira da Rocha ao apontá-lo como marco decisivo na história da mineração brasileira!

Indispensável é, também, que saliente a inigualável contribuição dada para essa decisiva vitória pela PETROBRAS, sob a patriótica direção do General Ernesto Geisel — cuja administração à frente de nossa maior empresa ficará incorporada à história do desenvolvimento brasileiro, por este como por tantos outros grandes feitos. Da mesma forma que ficamos devendo à PETROBRAS a descoberta e avaliação das enormes jazidas minerais do solo sergipano, a ele devemos, de forma fundamental, a solução agora dada para a exploração do potássio.

Mais que isso, Sr. Presidente, decisiva a contribuição da PETROBRAS para que essa exploração se execute exclusivamente através de capitais nacionais, conforme declarou o presidente do Grupo Lume, Dr. Linaldo Uchoa de Medeiros, a que pertence a Kallium Mineração S.A., em pronunciamento estampado no *Jornal do Brasil* do dia 19 de janeiro deste ano. Explicou esse empresário que "a associação do Grupo Lume com a PETROBRAS, através da Petroquisa, a Cia. Nacional de Alcalis e o Governo de Sergipe, além da captação de recursos através dos artigos 34/18 será suficiente "para que o grande empreendimento seja levado a termo, dispensada qualquer participação de capital estrangeiro".

Cumpr-me dizer, ainda, que a exploração do potássio abre rumo para o aproveitamento das demais riquezas minerais do solo sergipano, como magnésio, sal-gema e bromo.

Proferidas estas palavras que o júbilo me impôs, passo à leitura de carta, datada de 26 de dezembro de 1972, que me foi dirigida pelo presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Dr. Ronaldo Moreira da Rocha.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS — CPRM

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1972

Ct. n.º 163/PR/72

Exmo. Sr.

Senador Lourival Baptista
Senado Federal

Brasília, DF

Prezado Senador

Como não foi possível localizá-lo, em Brasília ou Aracaju, por mo-

tivo da viagem que fez a Salvador, fiquei privado da sua honrosa presença, no dia 20 do corrente, na solenidade de assinatura do contrato entre a CPRM e a KALLIUM MINERAÇÃO S.A., relativamente à exploração das jazidas de Carmópolis.

Congratulando-me com o ilustre parlamentar sergipano pelo importante acontecimento para a vida econômica do Estado de Sergipe e do nosso País, tenho o prazer de enviar a V. Ex.^a, em anexo, cópia do pronunciamento que fiz sobre aquilo que considero um marco do setor mineral brasileiro. Cordialmente **Ronaldo Moreira da Rocha**, Presidente.

Sr. Presidente, nos termos do item 1 do artigo 234, do Regimento Interno, solicito que seja publicada como parte integrante deste meu pronunciamento o discurso proferido pelo Dr. Ronaldo Moreira da Rocha, quando da solenidade realizada na Guanabara, aos 20 de dezembro passado, na assinatura do contrato entre a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e a Kallium Mineração S.A., documento que bem marca a histórica importância do acontecimento e que, assim, deve figurar em nossos Anais, juntamente com estas palavras de confiança e agradecimento que profiro como representante do Estado de Sergipe nesta Casa. **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

"Meus Senhores,

Cumpra a CPRM neste momento, de forma integral, mais uma etapa da sua existência, que não chega ainda a três anos, mas que já é suficiente para marcar indelevelmente a sua presença na vida do setor mineral brasileiro.

O contrato que acabamos de assinar com a KALLIUM MINERAÇÃO S.A. coroa um árduo trabalho de dois anos, para cumprir o disposto no Decreto n.º 66.455, de 15 de abril de 1970, que determina a incorporação ao patrimônio da CPRM, para efeito de pública licitação, dos resultados das pesquisas minerais realizadas em Carmópolis, Estado de Sergipe, na denominada área de Reserva Nacional.

Frustrada a primeira licitação, aberta em maio de 1971, com a desistência dos grupos empresariais aparentemente interessados na mesma, nem por isso deixou a CPRM de trilhar o caminho norteado pelos propósitos que foram enunciados quando da sua criação, propósitos esses substanciados no § 2.º do artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 764, de 1969.

Árdua foi a luta que sustentamos até conseguirmos chegar ao dia de hoje, notadamente na fase que antecedeu a esta segunda licitação, quando mantivemos constantes negociações com todos os grupos empresariais que demonstraram interesse pelas reservas minerais de Carmópolis. As sugestões apresentadas à CPRM, como condicionantes da participação desses grupos na licitação em apreço, foram as mais variadas — desde a construção de um terminal oceânico, até a garantia governamental da concessão de medidas oficiais de proteção à indústria nacional de cloreto de potássio.

Mesmo assim, continuamos o nosso trabalho no sentido de resolver o problema, sem afastar a CPRM da sua diretriz inicial. Felizmente, outros, além da CPRM, acreditaram na potencialidade econômica das jazidas de Carmópolis, tornando possível a celebração deste contrato.

Aos Diretores da CPRM, cuja operosidade e competência foram realmente inexcusáveis na condução deste importante problema, apresentamos os nossos agradecimentos pessoais, fazendo-o de forma muito especial ao Diretor João Baptista Gomes Pereira, Presidente da Comissão de Julgamento que, com inteligência, habilidade e devotamento invulgar, possibilitou a solução que, além de segura empresarialmente, atende aos legítimos interesses do País.

Neste instante festivo, não podemos omitir uma palavra de profundo agradecimento a S. Exa. o Sr. Presidente da PETROBRÁS, que muito nos honra com sua ilustre presença. Graças ao integral apoio recebido do General Ernesto Geisel, desde a primeira hora, pudemos adotar a solução representada pelo contrato que acabamos de firmar, solução essa que consagra a expressiva participação da iniciativa privada nos grandes problemas minerais brasileiros, sem prejuízo da presença altamente desejável do Estado em empreendimentos dessa natureza e magnitude.

A Kallium Mineração S.A., formulamos nossos votos de sucesso na nova atividade que inicia a partir deste momento. Desejamos que a Kallium, seguindo o exemplo de tantas outras empresas novas que já estão exercendo a mineração em nossa terra, possa contribuir, de forma expressiva, para acelerar a revolução que está-se operando no setor mineral brasileiro e que há de transformar o Brasil na grande nação mineradora desta década.

Congratulando-nos com o Exmo. Sr. Ministro Antonio Dias Leite, pelo alto significado do ato que acabamos de praticar, desejo expressar os sinceros agradecimen-

tos da CPRM a todos que nos honram com suas presenças, notadamente aos Exmos. Senhores Ministros Benjamim Mário Baptista e Governador Paulo Barreto de Menezes, cujo comparecimento a esta solenidade, no Rio de Janeiro, nos dá bem o alto significado da mesma, não só para a economia sergipana como para a economia nacional.

Meus Senhores.

A partir de hoje, o Brasil inicia a caminhada para extrair do subsolo pátrio o potássio de que necessita para o seu consumo, liberando-se de uma importação crescente, que consome atualmente 22 milhões de dólares anuais de suas divisas.

Sem mencionar os demais bens minerais existentes nas jazidas de Carmópolis, como magnésio, sal-gema e bromo, é de se ressaltar que, cumpridas as obrigações ora assumidas pelos contratantes, Sergipe e Brasil verão concluídas, até dezembro de 1977, as instalações que permitirão a lavra e o beneficiamento de meio milhão de toneladas anuais de potássio, capacidade de produção essa que estará duplicada até 1979.

A CPRM sente-se honrada e satisfeita por ter prestado mais este serviço ao Brasil.

Rio, 20-12-72."

O SR. PRESIDENTE (Filinto Müller)

— Tem a palavra o nobre Senador Ruy Santos, por cessão do nobre Senador Benjamin Farah.

O SR. RUY SANTOS (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: No dia cinco deste o Sumo Pontífice impôs o capelo a trinta novos cardeais. Elevou, assim, o seu número para cento e quarenta e cinco. Mas, como dos atuais príncipes da Igreja, apenas oitenta e seis têm menos de oitenta anos, é provável que apenas cento e dezesseis participem da eleição do futuro Papa.

Com a nomeação dos novos cardeais — a informação é de **O Globo** — dois dos quais pertencem à Ordem Franciscana, um à Dominicana e os demais à Congregação Mariana — a França terá 12 cardeais, número nunca atingido até hoje; a Espanha, sete; a Alemanha, seis; Polónia, Portugal e Grã-Bretanha, três; a Bélgica, dois; a Holanda, dois; Áustria, Irlanda, Suíça, Hungria, Iugoslávia e Ucrânia, um. A África terá nove cardeais — Argélia, Alto-Volta, Madagascar, União Sui-Africana, Tanzânia, Zaire, Congo, Quênia e República Árabe-Egípcia. O continente asiático, 11: dois na Índia, dois nas Filipinas, um no Ceilão, Coreia, China, Indonésia, Líbano, Paquistão e Japão. A América Latina

atingirá, agora, o número de 20 cardeais: seis para o Brasil, dois para o México; dois para a Argentina; dois para Colômbia; e um para a Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Peru, Uruguai, Venezuela e Porto Rico. A América do Norte contará com 15 cardeais, entre os quais quatro para o Canadá. A Austrália terá dois, e Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico um cada um.

A orientação que Paulo VI parece se ter traçado foi a da modernização da cúpula da Igreja, além da sua maior internacionalização. Desse modo, se há, entre os novos cardeais, o italiano Giuseppe Anzonelli, com 77 anos de idade, D. Antônio Ribeiro, o patriarca de Lisboa, tem apenas 44. Quanto à internacionalização da Igreja, foram nomeados os primeiros cardeais para o Congo, Quênia, Paquistão, Ilhas do Pacífico e Porto Rico. Espalha-se, desse modo, a alta direção da Igreja por toda parte.

Entre os novos cardeais designados há dois brasileiros, D. Paulo Evaristo Ayres, Arcebispo de São Paulo, e D. Avelar Brandão, Arcebispo-Prímaz do Brasil.

A D. Avelar conheço de há muito, desde o tempo em que esteve à frente do Bispado de Petrolina, onde lhe coube a responsabilidade de substituir a D. Malan. E sua ação pastoral se estendia até à minha admirável e pequenina Casa Nova, onde vim a privar com ele, e, mais de perto, admirá-lo. Hóspede de minha família, ouvi-o ali, pela primeira vez. E, dessa época, venho sentindo a força do seu talento, a sua capacidade de apóstolo, o vigor da sua palavra, que o sagrou como um dos maiores oradores sacros do Brasil, a sua sensibilidade pelos problemas comunitários.

D. Avelar Brandão é alagoano de Viçosa, onde nasceu a 13 de junho de 1912, e fez o curso primário com a Prof.^a Eufrozina da Silva. Membro de uma família de classe média, é um entre dez irmãos, entre os quais o Senador Teotônio Vilela. E, de menino, uma preta velha do engenho do seu pai vivia a despertar-lhe a vocação, cantando-lhe ao ouvido: "o meu filho vai ser padre, não vai?" E ele respondia que sim. "E você reza uma missa para a nega velha?" — "Rezo", respondeu o menino. E cumpriu a promessa, pois uma das primeiras missas rezadas pelo Pe. Avelar foi por alma de preta generosa.

D. Avelar fez o seminário em Aracaju, onde, mesmo antes de completar o curso, foi nomeado auxiliar do Bispado. Ordenou-se padre pelo Bispado D. José Tomaz de Aracaju, celebrando sua primeira missa na Capital sergipana, em 10 de outubro de 1935. Daí saiu aos 33 anos para Petrolina, onde começou a revelar o seu inte-

resse pelos problemas educacionais a que, em Teresina, 11 anos depois, se devotaria ainda mais. No Estado nordestino, além de 30 ginásios, fundou a Faculdade de Filosofia, incentivou a criação de uma escola de Odontologia e inaugurou uma estação de rádio, através da qual realizou um grande movimento de educação de base.

Por motivos estranhos à minha vontade, não assisti à sua posse em maio de 1971, no Arcebispo Primaz do Brasil, apesar de o Senado ter-me feito um dos seus representantes. Dias depois, porém, viajei para Salvador, apenas para visitá-lo. E conversamos durante mais de quarenta minutos. Falamos de tudo. Da vida tão cheia de incompreensões, de homens tão aticados para o desentendimento, do Brasil carente do esforço apaixonado de nós todos pelo seu desenvolvimento. D. Avelar me falou ainda da alegria com que chegava a Salvador, da obra que ali pretendia realizar, da história da terra tão cheia de ensinamentos. Eu ouvia mais que falava, preso à sua palavra fácil e impressionante.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Com muito prazer.

O Sr. Heitor Dias — Associo-me a esta homenagem que V. Ex.^a, com muita justiça, presta a D. Avelar Brandão Vilela. E congratulo-me não só com o missionário, mas também com a Bahia. Com o missionário, na pessoa de D. Avelar, que tem sido, inegavelmente, um sacerdote no mais alto sentido da palavra: um pastor de almas, às quais fala diariamente, através de uma emissora baiana, para levar não só uma palavra de conforto, como também uma palavra de fé e de esperança. Em pouco tempo do seu apostolado na velha Arquidiocese, D. Avelar Brandão conquistou não apenas a confiança, mas a estima, o apreço e o respeito de toda a Bahia. Congratulo-me também com o Estado da Bahia, por ver que ali ainda se mantém uma das sedes do cardinalato brasileiro. A Bahia, que é a terra das primazias — a terra da primeira cruz, da primeira igreja, da primeira escola —, não poderia deixar de ser também a sede de um dos cardinalatos brasileiros. O ato do Santo Padre Paulo VI elevando D. Avelar ao cardinalato veio premiar a vida de um antistite que tem sabido servir à sua Religião, à Pátria e à Sociedade.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço a V. Ex.^a o aparte com que honra o meu discurso.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, D. Avelar não é destes homens que atraem pela fisionomia escancarada em largos sorrisos; antes pela sua postura, pela dignidade que põe em

todos os seus gestos. E a sua grande preocupação, à chegada, era contar com uma emissora que lhe assegurasse o mesmo horário em que, durante anos, vinha de Teresina falando aos nordestinos.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Com muito prazer.

O Sr. Lourival Baptista — Congratulo-me com V. Ex.^a, nobre Senador Ruy Santos, pela justa homenagem neste momento tributada ao Cardeal D. Avelar Brandão, de quem sou amigo de longa data. Lá pelos idos de 1945, tive a oportunidade de assistir, em Aracaju, à sagração de S. Ex.^a como bispo. Ainda no último dia 30 de janeiro, acompanhei D. Avelar Brandão até o Senado Federal, aonde viria fazer uma visita ao eminente Presidente Petrólio Portella. Não encontramos S. Ex.^a na oportunidade, mas ele percorreu comigo as dependências do Senado, viu as obras que aqui foram realizadas e, depois, entregou-me uma carta que fiz chegar às mãos do ex-Presidente desta Casa. Congratulo-me, eminente Senador Ruy Santos, com as palavras que V. Ex.^a está proferindo, fazendo questão de expressar minha integral solidariedade à homenagem que presta a um dos mais notáveis membros da Igreja Católica em nossa Pátria, agora elevado à condição de Cardeal. É mais uma inequívoca demonstração de zelo e de apoio do Papa Paulo VI à Igreja do Brasil. Perdoo-me V. Ex.^a a interrupção do seu brilhante discurso, mas não poderia silenciar o meu apreço a esse grande Pastor, que tantos e tão relevantes serviços tem prestado ao povo nordestino.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço as palavras de V. Ex.^a

Uma alta voz de um grande pastor. Uma conversa simples, despretenciosa. Nas minhas andanças pelo interior da Bahia, em campanhas políticas, nas casas onde me hospedava, ouvi mais de uma destas suas falas de cinco minutos. Pregando sempre o entendimento. Recomendando o trabalho que engrandece. Destacando o amor que faz nossa maior aproximação com o Criador.

A autoridade da sua voz não era reconhecida, entretanto, apenas porta a dentro dos lares nordestinos, os lares humildes brasileiros. Também no Conselho Episcopal Latino-Americano — CELAM —, de que foi Presidente, e onde contribuiu decisivamente, em Bogotá, para o grande pronunciamento da Igreja em favor dos povos subdesenvolvidos; também na Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, de que foi vice-Presidente.

O Sr. Arnon de Mello — V. Ex.^a dá licença para um aparte, nobre Senador Ruy Santos?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Arnon de Mello — Nobre Senador Ruy Santos, não preciso dizer que, exprimindo o sentimento do povo alagoano, a bancada do nosso Estado, hoje desfalcada pela ausência, neste Plenário, do eminente Senador Teotônio Vilela, irmão do homenageado, Sua Eminência o Cardeal Avelar Brandão, está totalmente solidária com a homenagem que V. Ex.^a lhe rende. Mas não falo aqui propriamente como alagoano; falo também como brasileiro e como Senador da República. O Brasil é a maior nação católica do mundo, e é justo que nós, do Poder Legislativo, nos congratulemos com o grande sacerdote que acaba de ser elevado ao cardinalato por Sua Santidade o Papa. Associando-nos, portanto, às manifestações de V. Ex.^a, ressalto que Alagoas em peso festeja o grande acontecimento, como o festeja o Brasil. V. Ex.^a, nobre Senador, não fala apenas pela Bahia, mas pelo Senado e pela Nação.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço a V. Ex.^a

Tanto na CELAM como na Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, de que foi vice-Presidente, numa como noutra, foi sempre um conciliador de tendências, um aproximador de esforços. Conversando. Debatendo. Esclarecendo. Dialogando. É que como diria certa feita:

“— Há quem pretende fazer do diálogo um método impregnado de malícia, para melhor canalizar suas idéias a grupos desprevenidos e despreparados para os embates ideológicos. Há quem impeça rigidamente o diálogo em razão dessa possibilidade de desvio que ele encerra. No mundo pluralista em que vivemos, a falta de diálogo pode determinar uma série de perigos inconcebíveis e fatais.”

Neste mundo, em que as classes, como os grupos, como as correntes de opinião, vivem separados em conservadores e progressistas, radicais e moderados, foi sempre um equidistante, um homem do centro, onde, normalmente, se encontra o equilíbrio. Tanto que, um dia, firmaria sua posição:

“Não sou progressista, nem conservador, nem moderado. Sou um bispo da Igreja. De uma Igreja que é, por isso mesma, viva. E pelo fato de viver, pertence ao passado, ao presente e ao futuro.”

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Dinarte Mariz — Quero associar-me às homenagens que V. Ex.^a, neste momento, está prestando a esta grande figura da Igreja, o novo cardeal Dom Avelar Brandão. Ninguém

acima dele, pela inteligência, pelo espírito, pelo devotamento à sua Igreja, talvez tenha prestado mais serviços a este País. Conheço o novo cardeal e posso afirmar, como nordestino, a sua grande preocupação traduzida no estudo e colaboração que tem procurado dar para a solução dos problemas nordestinos. É, realmente, para nós, nordestinos, uma honra, nesta hora, podermos homenagear uma grande figura do mundo católico que o Santo Papa escolheu como um dos Príncipes da sua Igreja.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY SANTOS — Pois não.

O Sr. Benjamin Farah — Devidamente autorizado pelo meu líder, quero dizer a V. Ex.^a que nossa bancada se associa na justa homenagem de apreço a São Paulo e à Bahia, que vêm de ganhar dois cardeais. Assim, a Igreja mais se aparelha para enfrentar as grandes lutas na ampliação do cristianismo. Estamos com nossos corações em festa. E, como disse agora mesmo o nobre Senador Arnon de Mello, V. Ex.^a fala pelo Senado. Queríamos gostosamente, integrarmo-nos nesta sua saudação a esses dois novos príncipes da Igreja. V. Ex.^a se fixou particularmente em Dom Avelar Brandão Vilela, que, além do seu espírito profundamente bondoso, é um homem que deve ser exaltado, na verdade, pela coragem com que propaga as suas idéias. O melhor homem que há na terra é o homem que tem coragem, o pior é o covarde. Em Sua Eminência está concretizada a figura de um grande cardeal, pois pela sua bravura, pela sua inteligência, pelo seu preparo e, também, pela sua piedade, vai efetivar uma obra notável em favor da Igreja, em favor do Cristianismo.

O SR. RUY SANTOS — Agradeço ao aparte do nobre Senador Benjamin Farah que se manifestou, também, em nome da sua bancada.

A Igreja acaba de elevar a um dos seus mais altos postos o sacerdote de Viçosa. E o Cardeal da Bahia, na posição a que ascende, continuará o pregador, o batizador pela eliminação de divergências, o aproximador de opositos, o grande servidor da religião, pela compreensão entre os homens e pela paz. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Filinto Mül-ler) — A Presidência tem o grato prazer de comunicar ao Plenário que hoje, às 16 horas e 30 minutos, visitará o Congresso Nacional Sua Excelência o Sr. Kurt Waldheim, Secretário-Geral das Nações Unidas. Acompanharão sua Excelência os Srs. Embaixadores Luiz Maria Ramirez-Boettner, chefe da Representação das Nações Unidas

em Brasília; Sergio Armando Frazão, chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas; Ministro Henrique Augusto de Araújo Mesquita, do Ministério das Relações Exteriores, e, ainda, Dr. Georg Hennig e George Pogue.

Sua Excelência será recebido, no Salão Nobre do Senado Federal, pelas Presidências de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Tenho a honra de convidar os Srs. Senadores a comparecer a essa recepção. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 6, de 1973

Requeremos, na forma regimental, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Domingos Vellasco:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Goiás.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973. — Nelson Carneiro — Cattete Pinheiro — Osires Teixeira — Petrónio Portella — Ruy Carneiro — Benjamin Farah.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, havia assinado, com o nobre Senador Petrónio Portella, esse requerimento, em primeiro lugar. Mas entendi que a homenagem, embora fosse de toda a Nação, deveria partir da nobre bancada de Goiás. Infelizmente, não vejo neste instante, neste Plenário, o seu primeiro signatário, o nobre Senador Osires Teixeira.

Todos nós, os que envelhecemos na vida pública, conhecemos Domingos Vellasco e dele temos que guardar a imagem de um combatente, de um lutador, de um inconformado. Foi um dos quatro parlamentares presos nos dias que antecederam a 1937. Colhido no gozo de suas imunidades, a Câmara de então transigiu e, em vez de reivindicar a volta, ao seu seio, dos seus representantes, teve a fraqueza de apoiar o ato governamental, concedendo a licença para o processo.

Os Parlamentares, Srs. Presidente, podem ruir por insubmissão, como a Assembléia de 1823, mas também podem desaparecer sem o apreço público, pela submissão excessiva. Assim foi em 1937.

Domingos Velasco foi um homem fiel a si mesmo. Integrante do Partido Socialista, um pequeno partido, manteve até a morte as suas idéias, lutou por elas, trabalhou por elas. Mas a sua projeção foi além das fronteiras do País e lhe coube, na direção do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, levar, ao estrangeiro, a expressão viva do Parlamento Nacional.

Deixou, nesta Casa, além de amizades, recordações da sua dignidade, da sua intrepidez, da coragem com que sempre defendeu aquilo que lhe parecia correto.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Benjamin Farah — V. Ex.^a fala como Líder da nossa bancada. Mas eu me permito dar um aparte a V. Ex.^a, porque tive a satisfação de privar, aqui, neste Congresso, com Domingos Velasco. Pertenci àquela Constituinte de 1946, a que S. Ex.^a também pertenceu. Já o conhecia de longa data, através de suas lutas, de suas posições, de sua combatividade — e vim encontrá-lo naquela famosa Assembléia de 1946. Na verdade é isso mesmo. Ele sempre se colocou na defesa das suas causas, das grandes causas, com uma bravura invulgar; não temia as pressões, viessem de onde viessem. Em todos os movimentos de interesse dos trabalhadores, Domingos Velasco estava sempre na linha de frente e, ainda mais, nos movimentos de interesse do país. Quantas vezes fomos à praça pública — eu, muito jovem ainda, inexperiente, ao lado de Domingos Velasco, Gabriel Passos e Arthur Bernardes, para defender certas teses, como aconteceu no caso do petróleo. Quando defendíamos a tese de que 'o petróleo é nosso' éramos escoraçoados e perseguidos pela Polícia; em verdade, o petróleo hoje é nosso, mas graças a uma luta que veio de longe, ganha em batalhas de rua, enfrentando os piores inimigos, não só do povo como do país, que não permitiam que se defendesse uma causa como a do petróleo e outras do interesse nacional, como a areia monazítica, etc. Portanto, quero me congratular com V. Ex.^a e trazer o testemunho de um ex-companheiro de Domingos Velasco, que sempre manteve no Congresso uma linha de comportamento corajosa na defesa dos interesses do país. Quero particularmente me reportar a um discurso que ele proferiu, certa vez, na Câmara dos Deputados, alertando os políticos contra os nossos inimigos ostensivos e contra os que estão encapuçados, sobretudo aqueles que estão em postos administrativos" e que vivem a proclamar por aí —

são palavras de Domingos Velasco — eu não sou político, sou técnico, administrador, não quero nada com a política" mas que, muitas vezes, combatem a Política e servem-se dos políticos. Ele fez essa advertência com muita propriedade. O discurso de V. Ex.^a merece a nossa irrestrita solidariedade, e aqui está também a expressão de solidariedade de um companheiro de Domingos Velasco nas suas lutas dentro da Câmara e fora do Parlamento.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Ex.^a a contribuição que trouxe à modéstia do meu discurso.

Sr. Presidente, a diferença entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal é que a Câmara é constituída de jovens, dos que começam, em geral, a vida. Aqui estão os que vêm de longas caminhadas pelos roteiros do passado.

Não é preciso, portanto, numa casa de homens vividos na área política, para não dizer na arena política, recordar quem foi Domingos Velasco. Cada um de nós o conheceu, cada um de nós sabe de suas virtudes e, possivelmente, de seus defeitos.

Hoje, que ele desapareceu, rogo ao Senado que lhe preste uma homenagem: a homenagem do seu respeito a um homem que foi autêntico, absolutamente igual a si mesmo, que nunca transigiu, que nunca deixou morrer dentro de si o ideal que o animava.

O Sr. Osires Teixeira — V. Ex.^a permite um aparte, nobre Senador?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Osires Teixeira — Surpreendido com a notícia da morte do eminente ex-Senador Domingos Velasco, há questão de instantes, por V. Ex.^a, o requerimento de pesar, que não é de Goiás mas de todo o Brasil. E deveria, mesmo, pronunciar um discurso após o de V. Ex.^a sobre Domingos Velasco. Mas V. Ex.^a, que viveu com ele tantos e tantos dias, V. Ex.^a que sentiu em Domingos Velasco aquele político que realmente era, aquele homem destemido que sempre foi, aquele homem que, antes de parlamentar, antes de político, fazia escola política, como fez, dá-me a tranqüilidade de agora apartear V. Ex.^a, para agradecer em nome de Goiás, agradecer em nome daquele povo que, como Domingos Velasco, sempre se colocou na vanguarda dos grandes acontecimentos nacionais, a homenagem que ora prestamos a Domingos Velasco, homem que durante anos e anos militou na política de Goiás, e que durante longo tempo ali fez escola política, para Goiás e para o Brasil, dando exemplo que deve ser seguido por todos os ho-

mens públicos, de coragem, de destemor, de arrojo em dizer a verdade, ainda que isto lhe possa custar a liberdade.

O SR. NELSON CARNEIRO — V. Ex.^a situa um aspecto de Domingos Velasco. É que ele não podia, pela sua grandeza, pela sua bravura, pela sua vida, ficar contido dentro dos generosos limites de Goiás.

Ele foi, realmente, um político brasileiro, porque a sua palavra foi além das lindas da terra goiana, para contagiar mocos e velhos através dos livros que deixou, pregando os pontos de vista que sempre foram os seus e que com ele não hão de desaparecer.

Repousa ele, hoje, na terra cariooca, no cemitério que se chama Jardim da Saudade. Aquele homem que enfrentou tantos espinhos na vida, merecia um jardim sem espinhos, na morte. Dele não ficará a saudade apenas; todos que o conheceram, todos os que se abeberaram nos seus livros, hão de prestar-lhe homenagem de respeito e de admiração pela sinceridade, lealdade e bravura com que serviu a si mesmo, a Goiás, ao Congresso Nacional e ao Brasil. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa associa-se às justas homenagens que vêm de ser prestadas ao ex-Senador Domingos Velasco, e fará cumprir a deliberação da Casa.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Milton Trindade — Clodomir Milet — Fausto Castelo Branco — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Magalhães Pinto — Ney Braga — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 43 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 566, de 1972) do Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1972, de autoria do Sr. Senador José Sarney, que denomina de "Ponte Marcelino Machado" a ponte sobre o Canal dos Mosquitos, na BR-135, em São Luís, Estado do Maranhão.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de vot. ção, nos termos do art. 362, do Regimento Interno.

O projeto aprovado vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1972, que denomina de "Ponte Marcelino Machado", a ponte sobre o Canal dos Mosquitos, na BR-135, em São Luís, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É denominada de "Ponte Marcelino Machado" a ponte sobre o Canal dos Mosquitos, na BR-135, em São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)
Item 2:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1972, de autoria do Sr. Senador José Sarney, que acrescenta parágrafo ao art. 27 da Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob n.º 524, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado. O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO **N.º 7, de 1972**

Acrescenta parágrafo ao artigo 27 da Lei Orgânica da Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Acrescente-se ao artigo 27 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960), o seguinte parágrafo:

"§ 9.º O valor da aposentadoria dos portadores do mal de Han-

sen, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior ao salário-mínimo do local de trabalho do segurado".

Art. 2.º Entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)
Item 3:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1972, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a organização dos testes da Loteria Esportiva, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n.º 424, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Em discussão o projeto, quanto a juridicidade. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitado. O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO **N.º 42, de 1972**

Dispõe sobre organização dos testes da Loteria Esportiva, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Serão incluídos nos testes da Loteria Esportiva, por indicação das entidades responsáveis pela programação das atividades do esporte, partidas de futebol de que participem agremiações de todas as unidades da Federação nas quais já estiverem operando agentes autorizados daquela Loteria.

Parágrafo único. Em cada cinco testes figurará, obrigatoriamente, pelo menos um jogo realizado em cada uma das Unidades cujas populações estejam participando do movimento nacional de apostas da Loteria.

Art. 2.º Quando não se realizarem partidas programadas em um determinado teste, elas deixarão de ser consideradas para efeito da indicação dos apostadores que houverem acertado o número total de pontos, vedada a solução do caso através de sorteio.

Art. 3.º As entidades nacionais ou estaduais que organizam o calendário das competições esportivas no País informarão à Administração do Serviço de Loteria Federal sobre o mesmo e responderão pelas irregularidades que ocorrerem na sua observância.

§ 1.º Quando houver suspensão de jogos programados em determinado teste, as entidades a que se refere este artigo apresentarão à Administração da Loteria, até 5 (cinco) dias depois, os motivos determinantes da alteração.

§ 2.º Ao Conselho Superior das Caixas Econômicas compete examinar os motivos do cancelamento de jogos incluídos nos testes e aplicar, se julgar conveniente fazê-lo, multa de até dez vezes o maior salário-mínimo vigente no País, à entidade responsável pela irregularidade.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)
— Esgotada a pauta da Ordem do Dia.

Passa-se à votação do requerimento n.º 4, de 1973, lido na Hora do Expediente, pelo qual o Sr. Senador Dinarte Mariz e outros Srs. Senadores solicitam que em 27 do corrente seja realizada sessão especial para comemorar o centenário do nascimento do ex-Senador Eloy de Souza, transcorrido no dia 4 deste mês.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Torres) — Passa-se à votação do Requerimento n.º 5/73, também lido na Hora do Expediente, pelo qual o Sr. Senador Filinto Müller e outros Srs. Senadores solicitam que amanhã, dia 13 do corrente, seja realizada sessão especial para reverenciar a memória do saudoso e ilustre homem público, Dr. Benedito Valadares Ribeiro, recentemente falecido.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)
Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz, por cessão do nobre Senador José Esteves.

O SR. DINARTE MARIZ — (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa, para fazer um apelo ao eminente e dinâmico Ministro Jarbas Passarinho; ao Dr. João Havelange, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos; ao Brigadeiro Jerônimo Bastos, Presidente do Conselho Nacional de Desportos, no sentido de ser cancelada uma das penalidades impostas ao ABC Futebol Clube, sabidamente o mais popular e tradicional clube no setor desportivo do meu Estado, que

além de perder os pontos ganhos numa disputa com o Botafogo em favor deste, ainda teve a sua suspensão por dois anos, o que me parece demasiado.

As circunstâncias de ter o ABC jogadores que não poderiam integrar o time, pode justificar a perda dos pontos, nunca, entretanto, a drástica penalidade que lhe impuseram, suspendendo-o por dois anos de todas as competições esportivas, inclusive do campeonato nacional de futebol, do qual vinha participando. Até mesmo no Código Civil vamos encontrar o apoio para a tese que defendemos — ninguém poderá ser punido duas vezes por uma mesma falta. Isso vem acarretando nos meios desportivos do Rio Grande do Norte verdadeiro desencanto.

A ausência do nosso clube nas disputas oficiais por dois anos trará, fatalmente, grande prejuízo à própria renda com que vem se beneficiando o nosso estádio, recentemente inaugurado. Falo com a autoridade de quem teve o privilégio, no Governo do Estado, de fazer a doação do terreno para a sua construção e do projeto, de autoria do jovem e talentoso conterrâneo arquiteto Dr. Moacyr Gomes da Costa, que mereceu do técnico João Saldanha, em dois artigos em **O Globo**, os maiores elogios considerando-o mesmo o mais belo entre todos, até hoje construídos no Brasil.

Ainda na minha administração foi concedido auxílio para início da construção, além de setenta mil cruzeiros que fiz consignar no Orçamento da União quando voltei ao Senado e as suas obras se achavam paralisadas.

Se considerarmos que o Orçamento do Estado, na época, era apenas de um milhão de cruzeiros e hoje alcança a soma de duzentos e cinquenta milhões, ou seja, duzentos e cinquenta vezes mais, teremos aí a dimensão exata dos auxílios por mim concedidos. Ressalto para registro histórico que tanto a doação do terreno como os auxílios tiveram como beneficiária a Federação de Desportos norte-rio-grandense. Há catorze anos eram escassas iniciativas como as que tomei em benefício dos esportes quando no Governo. Daí a autoridade e o dever que se me impõem de juntar a minha voz a quantas, no meu Estado, se tenham feito ouvir para tratar deste assunto.

Uma circunstância que deve ser mencionada é a de se achar, atualmente, à frente da administração do ABC, como seu Presidente, o Desembargador Amaro Marinho, um dos mais conspícuos juizes da alta Corte de Justiça do Rio Grande do Norte.

Não me parece justo que no Governo do grande Presidente Emílio Garrastazu Médici, exatamente no setor que vem recebendo de Sua Excelência, pessoalmente e do seu Governo,

maior estímulo, haja restrições que possam arrefecer o ânimo e o entusiasmo de uma classe que já o sagrou como seu maior protetor.

Aqui fica o apelo, formulado em meu nome, do meu Estado e do seu povo, aos eminentes responsáveis pela política esportiva do País, para que se unam ao Rio Grande do Norte, liberando o nosso ABC das restrições que ainda lhe afetam, senão por outro sentimento, seja pelo reconhecimento aos relevantíssimos serviços que durante mais de meio século vem prestando à causa dos desportos natalenses. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Tem a palavra o nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente. Srs. Senadores: foi amplamente noticiado e deplorado pela imprensa o falecimento de Noel Nutels, ocorrido a dez do mês passado. Na impossibilidade de fazê-lo antes, em vista do recesso em que se encontrava o Congresso Nacional, venho hoje inserir o fato nos Anais do Senado, através deste breve necrológico.

Quem quer que o conhecesse, jamais haveria de esquecer aquela exuberância de palavras, de sorrisos, de carnes e de bigodes. Assim sucedeu comigo, precisamente há um decênio. Daí para cá, não mais nos avistamos. Contudo, eu seria ainda capaz de identificar seu vazeirão na zoeira de um salão repleto.

Em 1922 Noel chega ao Brasil, com oito anos de idade, procedente de Ucrânia, e vai morar em São José da Laje, no meu Estado das Alagoas. Lá, pai Salomão inaugura a modalidade de vendas a prestação, com o que consegue fazer do filho um médico, formado em Recife, em 1936.

De diploma na mala, o jovem doutor zarpa para São Paulo, tenta a clínica aqui e acolá, sem muito sucesso e bem menor entusiasmo, pois reconhece ele mesmo haver nascido para "médico sem clínica nem consultório". Um dia larga tudo e vai brigar com a malária na Baixada Fluminense.

A repercussão da vitória nessa luta levou João Alberto a convidá-lo a ir sanear extensa área malarígena às margens do rio Verde, em Goiás, onde a Coordenação Econômica planejava instalar uma usina de açúcar. Novamente sai triunfante na guerra contra o anófele, não sem pagar o tributo pessoal de sucessivas infecções.

Depois aconteceu a "Marcha para o Oeste", e, ainda pela mão de João Alberto, Noel passa a integrar a Expedição Roncador-Xingu. "Foi aí que peguei a mania de índio" — costumava ele dizer jocosamente.

A partir de então, durante 28 anos Noel viveria com os índios e para os índios. Só a morte calaria sua voz em defesa da saúde, das terras e da cultura dos autóctones, bradando, principalmente, contra a cobiça dos brancos e o despreparo de alguns indianistas. Empedernido humanista, pugnava pela lenta integração do silvícola, convicto de que "o rápido processo de civilização é a forma mais eficaz de matá-lo".

Dai, nunca lhe haver faltado a confiança das muitas tribos com as quais convivera, mesmo as de índole belicosa, como os temíveis xavantes e nhambiquaras; nem lhe faltou a admiração de quem acompanhava de longe a intrépida e obstinada labuta em plena selva amazônica. Eis a razão por que sua morte consternou a uns e a outros.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o que tinha a dizer-lhes sobre o judeu Noel Nutels. Um judeu tão brasileiro quanto o índio Araribóia, Maria Quitéria, o guia Lopes ou quanto o Marechal Rondon. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Tem a palavra o nobre Senador Wilson Campos.

O SR. WILSON CAMPOS — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, os assuntos relacionados ao comércio exterior estão assumindo, por sua relevância, importância crescente, não apenas nos meios empresariais e nos círculos do Governo, mas também na opinião pública e nos órgãos que a refletem — o Congresso e a Imprensa.

Os feitos espetaculares do nosso País nos últimos cinco anos, na conquista dos mercados externos, despertam a atenção geral, sentindo todos que, da crescente atividade e objetiva co-participação dos homens de governo e dos homens de empresa, está nascendo algo de tremenda importância para a economia do Brasil.

Refletindo esse interesse coletivo, Os Diários e Emissoras Associados de São Paulo acabam de instituir o Troféu "Personalidade do Ano do Comércio Exterior", criado para prestar justa homenagem àqueles que contribuírem, anualmente, para o crescimento e dinamização dessa importante faixa da economia nacional.

Consideraram aqueles órgãos da imprensa paulista que deveriam ser homenageados, como heróis de um novo tipo, os construtores da atual realidade, homens que, no silêncio dos seus gabinetes, ou na frente de luta por novos mercados para a produção brasileira, no setor privado ou governamental, estão desenvolvendo trabalho de larga e profunda visão, com excelentes resultados para o País.

E escolheram para receber o primeiro desses troféus um homem de empresa de alto merecimento, que alia a essa condição a de integrante desta Casa — o nosso colega Senador Jessé Pinto Freire.

A distinção merecida por esse ilustre companheiro representa um ato de justiça, e constitui motivo de satisfação para esta Casa.

Ao recebê-la, na última segunda-feira em São Paulo, modestamente não a aceitou como galardão pessoal, mas como testemunho de apreço ao trabalho da classe que representa, como Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

O discurso, que então proferiu, constitui estudo de grande valor sobre os problemas do comércio exterior brasileiro, que abordou com aguda visão de sua experiência dentro e fora do País.

Pela importância desse trabalho, e pelo interesse permanente que a matéria tem despertado nesta Casa do Congresso, atenta a tudo quanto diga respeito aos altos interesses nacionais, creio que seu conhecimento integral seria do maior proveito para quantos, no Senado, se dedicam ao assunto.

Nestas condições, solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que, ouvida a Casa, seja transcrito nos Anais do Senado o discurso do nosso eminente Colega, cujo teor tenho a honra de enviar à Mesa.

Antes de concluir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo endereçar ao General Costa Cavalcanti, eminente Ministro do Interior, em nome de Pernambuco e do seu povo, apelo no sentido de que continue o nosso Estado a representar-se na Diretoria do Banco do Nordeste.

Não é esta uma reivindicação de caráter político, nem responde a uma pretensão provinciana injustificada, mas forçoso se torna reconhecer que o nosso Estado, pela sua mais recente performance no balanço internacional de pagamento, em que de-

monstrou o progresso da sua robusta economia, reafirma suas condições de catalisador do progresso nordestino.

Tal situação de liderança econômica também decorre da atuação do Banco do Nordeste, no apoio ao desenvolvimento de Pernambuco, que se reflete *beneficamente em todo o Nordeste*, onde detém o mais importante porto, aberto às trocas com o exterior. Dai por que também colhe o Banco do Nordeste em nosso Estado os resultados mais animadores e positivos de sua atuação, inclusive a maior aplicação de recursos e, conseqüentemente, a maior cópia de lucros.

Para que Pernambuco continue a representar-se na Diretoria do Banco do Nordeste, basta que o ilustre Ministro Costa Cavalcanti solicite às forças econômicas e empresariais de Pernambuco uma lista triplíce, escolhendo, dentre figuras representativas da economia do Estado, alguém capaz de repetir a brilhante atuação dos pernambucanos que sempre honraram, com a sua presença e o seu tirocinio, aquele estabelecimento oficial de crédito.

Lá tivemos nomes como Costa Porto, ex-constituente de 1946 e ex-Ministro da Agricultura; João Roma, ex-Secretário de Estado e ex-Parlamentar, brilhante relator do projeto de lei que instituiu a SUDECO; Ivã Macedo, jovem economista e advogado pernambucano, ex-diretor do Banco do Brasil, atualmente com brilhante atuação na iniciativa privada; José Corrêa, economista, pertencente ao quadro de funcionários do BNB, com destacado desempenho na Diretoria do Banco do Nordeste, hoje dedicado a empresas privadas; finalmente, o Doutor Hélio de Assis, que ainda exerce o seu mandato na Diretoria do Banco e que, segundo se comenta, não será reconduzido ao cargo que ora ocupa com real destaque, pela maneira sóbria da sua atuação e pelo grande trabalho que vem desenvolvendo em benefício da região e, principalmente de Pernambuco, naquele colendo Conselho.

Estamos certos de que o dinâmico Ministro do Interior atenderá a essa sugestão, respondendo, mais uma vez, com um ato de equidade, à confiança que sempre lhe conferiu o povo pernambucano, num pleito de justiça às suas virtudes de homem público e ao desempenho de estadista, na pasta que dirige com o brilho da sua inteligência posta a serviço do bem comum. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Não há mais oradores inscritos.

Em cumprimento à deliberação do Plenário, esta Presidência determina que a sessão ordinária de amanhã, em caráter especial, seja destinada a reverenciar a memória do ilustre Senador Benedito Valladares.

Reitero aos Srs. Senadores o convite do ilustre Presidente, Senador Filinto Müller, para que compareçamos à recepção, a realizar-se no Salão Nobre, em homenagem ao Sr. Kurt Waldheim, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.)

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

GRUPO BRASILEIRO

Convocação

De ordem do Senhor Presidente, Senador Orlando Zancaner, fica convocada uma reunião da Comissão Diretora do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, de acordo com a letra a, item II, do art. 6.º do Regimento Interno, para o dia 14 de março corrente, quarta-feira, às 17 horas, na Sala do Grupo Brasileiro. 23.º andar do Anexo do Senado Federal.

Brasília, 9 de março de 1973. —
Paulo José Maestralli, Secretário-Geral.

DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO

(OBRA ELABORADA E REVISADA PELA DIRETORIA DE
INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Dois Volumes com 638 páginas

HISTÓRICO DA LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

PREÇO DE VENDA DOS DOIS VOLUMES — CR\$ 30,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

Cr\$

— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
--	-------

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenêo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr.ª Atyr de Azevedo Lucci

Decretos-leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companheira

Ana Valdez A. N. de Alencar

Poluição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971) 10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosófica, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominais — Insuscetibilidade de Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valderes Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMÁRIO

Homenagem

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 389

Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA

O Senado do Império e a Abolição

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

Consolidação das Leis de Trabalho

Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos

I PARTE: a) Classificação, por artigo, do Código Civil — V; b) Legislação Complementar — CLXV; **II PARTE:** a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil — 1; b) Julgamentos — 27; **III PARTE:** a) Índice alfabético remissivo — 389; b) Índice numérico por espécie de processo — 458.

mos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00
encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ÍNDICE GERAL: Apresentação — Composição do Tribunal — Processos da competência do STF (Portaria n.º 87) — índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (n.ºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas n.ºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr\$ 25,00

REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

Volume com 104 páginas — Preço: Cr\$ 5,00

"MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL"

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

- I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS
 - a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
 - b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 1º-9-71).
 - c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — "Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 1º-9-71);
 - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
 - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — "Lei Orgânica dos Partidos Políticos" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).
 - d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).
- II — CÓDIGO ELEITORAL
 - a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — "Institui o Código Eleitoral" (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
 - b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — "Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)" (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — "Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966" (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — "Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências" (D.O. de 27-10-69).
- III — SUBLENDAS
 - Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — "Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências" (D.O. de 18-6-68).
- IV — INELEGIBILIDADES
 - Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — "Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências" (D.O. de 29-4-70).

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20